



**PRIMEIRO  
MINISTRO**

**DISCURSO  
DO PRIMEIRO-MINISTRO DE TIMOR-LESTE**

**TAUR MATAN RUAK**

por ocasião do Debate do  
Orçamento Geral do Estado para 2023

**Parlamento Nacional, Díli, 7 de novembro de 2022**

**Sua Excelência,**

**Senhor Presidente do Parlamento Nacional**

**Suas Excelências,**

**Vice-Presidentes, Secretária e Vice-Secretários do Parlamento Nacional**

**Suas Excelências,**

**Senhoras e Senhores Deputados**

**Caros Colegas Membros do Governo,**

**Senhoras e Senhores,**

**Distintos Convidados**

É com particular honra que me dirijo uma vez mais a esta Magna Casa, desta feita, para apresentar o balanço da atividade do Governo ao longo do corrente ano e as suas prioridades políticas, económicas e sociais para 2023.

Ao longo deste ano, celebramos acontecimentos marcantes da nossa História. Comemoramos com orgulho os 20 anos de independência da nossa jovem nação, num momento em que mais do que nunca nos é exigido a todos que trabalhem coletiva e solidariamente, na construção de uma sociedade melhor e mais resiliente.

Orgulhamo-nos da admirável resiliência do nosso povo, perante os duros desafios e adversidades que fustigaram o nosso país nos anos mais recentes.

A paz, a estabilidade, a reconciliação nacional, a democracia multipartidária e a boa governação, são hoje uma realidade incontornável em Timor-Leste.

O nosso país, medido pelo Índice da Democracia 2021, é considerado a 7.<sup>a</sup> democracia mais forte da Ásia e da Australásia e a 43.<sup>a</sup> (quadragésima terceira) a nível mundial, o que muito nos enaltece.

Mas Timor-Leste ostenta também, orgulhoso, a terceira posição no *ranking* da Liberdade de Imprensa, no conjunto dos países de língua portuguesa, ao posicionar-se globalmente em 71.<sup>a</sup> (setuagésima primeira) posição no conjunto de 130 países medidos pelo Índice Mundial de Liberdade de Imprensa em 2021.

No mesmo ano de 2021 Timor-Leste ocupava a 140.<sup>a</sup>. (centésima quadragésima) posição, com um valor de 0.607 (zero ponto, seiscentos e

sete) no **Índice de Desenvolvimento Humano** numa escala total de 195 países, colocando-nos no grupo de países de Desenvolvimento Médio.

Isto revela um enorme progresso realizado pelo país em prol do bem-estar do seu povo, com ganhos significativos nas dimensões do desenvolvimento humano, nomeadamente: uma longa esperança de vida saudável, acompanhada de níveis de conhecimento e de vida apropriados, os quais foram reforçados como objetivos estratégicos na proposta de Orçamento Geral do Estado para o ano de 2023.

Com a aprovação da proposta orçamental que se apresenta ao Parlamento Nacional para o ano 2023, o Governo contará com os meios necessários para superar no próximo ano as dificuldades agravadas por uma conjuntura internacional que se perspectiva menos positiva.

A situação pandémica mundial, a crise climática, as catástrofes naturais e mais recentemente a ameaça à paz e os preocupantes constrangimentos à cadeia de distribuição, são um pesado fardo que nos afeta a todos nós.

Perante uma conjuntura global política, económica e social menos favorável, o Governo terá em 2023 um papel essencial na construção de uma sociedade pacífica e moderna, na mitigação das desigualdades sociais e na redistribuição da riqueza, no desenvolvimento de um ambiente económico propício à atração do investimento e à diversificação económica, norteando-se invariavelmente pelo princípio de “nunca deixar ninguém para trás”.

Um programa que coloca as pessoas no centro da atividade governativa!

Por outro lado, também foram obtidos ótimos resultados na **boa governação política**, mediante a concessão de direitos políticos amplos ao nosso povo, tornando Timor-Leste um modelo de referência democrática e de defesa dos valores dos direitos humanos.

Uma boa posição igualmente obtida no índice da **transparência orçamental**, através do nosso sistema de monitorização das despesas conhecido como *Freebalance*, o qual permitiu uma subida a partir de 34% (trinta e quatro por cento) registados em 2010, para 41% (quarenta e um por cento) em 2015 atingindo em 2021 o meritório valor de 52% (cinquenta e dois por cento).

Contudo, não foi possível colocar a mesma atenção e alocar recursos suficientes para obter resultados semelhantes a nível dos direitos económicos e sociais do nosso povo.

O Índice da **pobreza multidimensional** ronda os 48,3% (quarenta e oito, vírgula três por cento), enquanto a intensidade de privação atinge 45,9% (quarenta e cinco, vírgula nove por cento). Por outro lado, registamos um valor de 0.917 (zero ponto, novecentos e dezasete) no **índice de Desenvolvimento de Género**, o que nos posiciona no grupo de países mais próximos da paridade de género.

Assim que transferirmos o nosso foco para estas áreas, estou convencido que poderemos melhorar o nosso desempenho no combate à pobreza, à má-nutrição e à insegurança alimentar, que afeta ainda quase a metade da nossa população.

Nos últimos anos temos experimentado tempos muito exigentes que, se por um lado evidenciaram as nossas fraquezas, por outro lado confirmaram também a determinação deste Governo em prosseguir a implementação do seu Programa até à conclusão do seu mandato de cinco anos, em 2023.

E é com o objetivo de poder dar continuidade à implementação do seu Programa, que o Governo vem apresentar ao Parlamento Nacional um ambicioso plano para o próximo ano, que concretiza e operacionaliza as prioridades nacionais, estratégias e medidas aprovadas pela lei das Grandes Opções do Plano, a serem financiadas pelas dotações do Orçamento Geral do Estado.

Com efeito, a lei das Grandes Opções do Plano aprovada por esta Magna Casa em maio deste ano, já identificou a estratégia orçamental e as principais opções de planeamento com impacto no Orçamento Geral do Estado do próximo ano fiscal e nos quatro anos subsequentes, aprovando igualmente a programação orçamental plurianual do Estado para cinco anos, tendo como referência um determinado cenário macroeconómico.

Contudo, o conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia que se prolonga desde finais de fevereiro deste ano, veio, entretanto, introduzir maior incerteza adicional à cadeia internacional de fornecimento de bens e serviços.

Esta será muito provavelmente a última proposta orçamental a ser apresentada pelo Governo ao Parlamento Nacional até às próximas eleições legislativas. Pretendemos por isso dotar o país dos meios necessários para poder atingir as metas que assumiu para a segunda fase do Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional (PEDN 2016-2020) e no Roteiro para a Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS),

ambos os documentos recomendando “o desenvolvimento das infraestruturas, dos recursos humanos e da diversificação da economia não-petrolífera”.

A proposta de lei de Orçamento Geral do Estado para 2023 apresentada ao Parlamento Nacional para consideração e aprovação, ao abrigo do disposto nos artigos 97.º (Nonagésimo sétimo) e 115.º (centésimo décimo quinto) da Constituição, tem como lema “**Investimento Produtivo e Crescimento Inclusivo para as gerações futuras**”, uma frase que de forma simples mas clara, sinaliza o caminho a ser percorrido pelo Governo para criar um ambiente propício ao desenvolvimento integrado, estimular o investimento privado, impulsionando o nosso jovem tecido empresarial, e promover a necessária diversificação da economia, de forma abrangente e inclusiva, sem deixar ninguém para trás.

Procuramos prioritariamente responder a dois desafios que Timor-Leste continua a ter pela frente: o combate à pobreza e à subnutrição infantil e a melhoria da segurança alimentar, para poder ultrapassar o subdesenvolvimento infantil, aumentar a qualidade nutritiva dos alimentos consumidos e potenciar o desenvolvimento de uma sociedade saudável e ativa, com crianças bem alimentadas, famílias prósperas e populações fortes, em que a divulgação de boas práticas sobre nutrição e segurança alimentar se encontra acessível a toda a população.

O novo marcador de orçamento nutricional agora introduzido pelo Governo, possibilitará já a partir de 2023 monitorizar, avaliar e responsabilizar as entidades públicas que intervêm na área transversal da nutrição e da segurança alimentar.

Numa fase inicial, o marcador será aplicado a oito entidades governamentais, facilitando identificação das verbas alocadas pelo OGE a cada atividade especificamente relacionada com a nutrição ou sensível à mesma, bem como a intervenções destinadas a melhorar a agricultura e a segurança alimentar, o desenvolvimento e a educação na primeira infância, o saneamento e melhoria da qualidade da água, entre outros.

Para o próximo ano, o Governo destina no OGE uma dotação de US\$80,5 milhões (oitenta vírgula cinco milhões de dólares) para atividades, direta ou indiretamente relacionadas com a nutrição e com a segurança alimentar.

O próximo ano deverá tornar-se num novo marco histórico para Timor-Leste, com a concretização da aguardada adesão do nosso país ao espaço político e económico regional mais amplo da Associação dos Países do Sudeste Asiático (ASEAN), em resultado dos progressos significativos alcançados pelo nosso país relativamente aos pilares da segurança política, sociocultural e económica. A nossa adesão à ASEAN é um imperativo estratégico de especial importância para a estabilidade e prosperidade de Timor-Leste e da própria Região. Aguarda-se igualmente com expectativa, para o próximo ano, a adesão do nosso país à Organização Mundial do Comércio (OMC), um outro importante passo para a integração económica, regional e global da nossa amada nação.

Permitam-me que me centre seguidamente nos principais indicadores macroeconómicos reajustados após a aprovação das Grandes Opções do Plano para 2023 e nos resultados alcançados pelo Governo no corrente ano, antes de me debruçar sobre as principais linhas orientadoras da proposta orçamental para 2023, seu conteúdo programático e estrutura financeira.

**Minhas Senhoras,**

**Meus Senhores**

É uma constatação que a instabilidade da situação política e a volatilidade económica internacional têm colocado Timor-Leste sob pressão. A guerra na Ucrânia e a pandemia são os fatores que atualmente mais contribuem para a “estagnação” do crescimento em 2022 e o expressivo aumento da inflação doméstica. Ainda assim, com base nos dados atualmente disponíveis projeta-se para a economia nacional o regresso a taxas de crescimento positivas até final do ano, e a sua estabilidade a médio prazo.

Após ostentar um crescimento médio de 3% ao ano, entre os anos 2001 e 2021, as previsões apontam para que o Produto Interno Bruto não petrolífero (PIB) venha a atingir 3,5% em 2023 e que a inflação doméstica, aferida com base no Índice de Preços no Consumidor (IPC), se viesse a fixar em 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) no próximo ano, depois do pico máximo de 7,2% (sete vírgula dois por cento) calculado para o final de 2022, em resultado do aumento dos preços mundiais do petróleo e dos alimentos. Atendendo à grande proporção de alimentos importados por Timor-Leste, o

aumento dos preços internacionais dos alimentos poderá contribuir para um crescimento da inflação superior ao inicialmente previsto.

No primeiro trimestre de 2022 o preço internacional do arroz aumentou 6% quando comparado com o trimestre homólogo, impactando negativamente no consumo das famílias, com especial incidência nos agregados familiares mais carenciados, onde os alimentos básicos constituem a maior parte de seus gastos, ao mesmo tempo que os preços internacionais do petróleo subiram 54% em resultado do conflito na Ucrânia, até se fixarem em US\$116,8 (cento e dezasseis vírgula oito dólares) por barril, em junho de 2022.

Relativamente às previsões de crescimento para o próximo ano, tiveram, entretanto, que ser também atualizadas em relação às projeções apresentadas pelo Governo em maio deste ano no âmbito da proposta de lei das Grandes Opções do Plano, passando agora a refletir indicadores macroeconómicos mais positivos para o próximo ano, impulsionados pela exploração operacional do Porto de Tibar. O PIB não petrolífero foi revisto em alta, atualizando-se a anterior projeção de 3,1% para 3,5%, enquanto a previsão da inflação doméstica para o próximo ano foi ajustada de 5,3% para 5,5%.

A médio prazo as projeções apontam para um crescimento positivo consistente, assumindo-se um aumento de entradas no país, com a retoma dos voos comerciais, um forte crescimento dos serviços públicos e um razoável crescimento do setor privado incentivado pela estabilidade política.

Ao longo da última década, uma parte expressiva da despesa pública foi financiada pelo Fundo Petrolífero, representando as receitas petrolíferas ainda 78% das receitas totais do OGE no ano 2021, uma dependência que relaciona diretamente a sustentabilidade orçamental à vida útil do Fundo.

A análise da sustentabilidade fiscal recomenda que sejam colocadas em marcha, desde já, as necessárias reformas fiscais, explorados novos instrumentos fiscais e não fiscais a introduzir no país, entre eles o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e exploradas fontes energéticas alternativas, fósseis e renováveis.

Espera-se igualmente que a recente estratégia de criação de uma carteira de liquidez de baixo risco possa lidar eficazmente com a atual volatilidade do

mercado e minimizar o risco associado aos investimentos do Fundo Petrolífero.

O Rendimento Sustentável Estimado (RSE) para o ano 2023 foi calculado em US\$490,2 milhões (quatrocentos e noventa vírgula dois milhões de dólares) e a contribuição total do Fundo Petrolífero para o financiamento do OGE de 2023 foi calculada em US\$1.346 milhões (mil trezentos e quarenta e seis milhões de dólares).

As projeções governamentais apontam para uma melhoria moderada na cobrança de receitas domésticas não petrolíferas já no próximo ano, estimando-se que consigam atingir US\$174,9 milhões (cento e setenta e quatro vírgula nove milhões de dólares) e que mantenham uma trajetória de crescimento positivo até ao ano 2027, recuperando lentamente do abrandamento económico provocado pela pandemia da COVID-19 e pelo prolongado período de *lock down*.

O crescimento das receitas domésticas em 2023 está também diretamente relacionado com o aumento da carga fiscal a aplicar aos direitos aduaneiros de importação e com a introdução de novas taxas de imposto especial de consumo.

**Minhas Senhoras,**

**Meus Senhores**

Com o ano prestes a terminar, aproveito a oportunidade para fazer referência à produção legislativa de 2022 e revisitar as mais recentes reformas observadas nos setores social, económico e institucional, muitas delas conseguidas com o apoio do Parlamento Nacional. De entre os diplomas aprovados em 2022, destaco os mais representativos:

Ao nível da **Reforma da Gestão das Finanças Públicas**, foi aprovada pelo Parlamento uma nova lei do Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e da gestão financeira pública e a primeira lei das Grandes Opções do Plano do país, tendo o Governo aprovado o Regime Jurídico do Aprovisionamento, dos Contratos Públicos e das Respetivas Infrações, os Programas e os Classificadores Orçamentais;

Na área da **Justiça** foram aprovados entre outros diplomas cruciais, os Estatutos dos Magistrados dos Judiciais e do Ministério Público e a Lei de Organização da Investigação Criminal;

No domínio da **Economia**, foi aprovado pelo Governo o Regime Jurídico das Associações Públicas Profissionais e a concessão de um conjunto substancial de apoios extraordinários ao emprego e às empresas, foi criada e mais tarde atualizada a Linha de crédito “*Fasilidade Garantia Crédito Suave*”, bem como, medidas de reforço da distribuição de Cesta Básica às famílias mais necessitadas e medidas de apoio aos operadores económicos locais.

Estabeleceu-se ainda, um regime especial de aprovisionamento no âmbito do Plano de Recuperação Económica, foram aprovados apoios financeiros destinados aos operadores de transportes terrestres públicos, de transportes aéreos e marítimos nacionais e para a aquisição de combustível destinado a atividades agrícolas e piscatórias, tendo ainda aprovado o regime jurídico dos parques industriais e estabelecida a Comissão Interministerial para a Coordenação da Cadeia de Valor e Estímulo à Produção Local.

Na área da **Saúde**, entendi destacar, pela importância que tem para a melhoria da equidade e qualidade no acesso à saúde familiar e pelo respeito que atribui aos valores da vida humana dos cidadãos timorenses, a aprovação da Política Nacional de Planeamento Familiar;

Na área da **Educação**, sublinho a aprovação dos regimes jurídicos dos estabelecimentos de ensino superior, do currículo padrão nacional do ensino superior, a aprovação de apoios aos estabelecimentos de ensino superior privado para acesso à internet, medidas de apoio aos estabelecimentos de educação pré-escolar, ensinos básico, secundário público e particular, para acesso à internet, a atribuição de uma bolsa destinada aos melhores alunos, a implementação do projeto piloto “*Eskola iha Uma*” ou *Homeschooling*” e a aprovação da Política Nacional de Ensino Superior;

No que respeita ao **reforço do Poder Local e da coesão territorial**, o grande destaque vai para a criação da Administração Municipal de Ataúro, a nomeação do primeiro Administrador Municipal de Ataúro, e ainda a criação do Fundo Especial de Desenvolvimento de Ataúro;

No âmbito do **Planeamento e Ordenamento do Território** destaco a aprovação do regime jurídico da edificação e urbanização e do Código do Registo Predial;

Em matéria Ambiental, entendi ser importante destacar a aprovação da Política Nacional de Alterações Climáticas e a criação de um número único nacional de emergência 112, a aprovação do estabelecimento de uma rede de Centros de Acolhimento Multifunção (CAMF), a criação de um mecanismo de apoio financeiro aos municípios e à Região Administrativa Especial de Oecusse-Ambeno para o mesmo fim, e o estabelecimento da Autoridade Nacional de Licenciamento Ambiental, I.P. e da Autoridade Nacional Designada para o Combate às Alterações Climáticas, I. P.;

No domínio da **Inclusão Social** realço o novo Programa *Uma ba Ema Kbiit Laek Plus*, a aprovação de um subsídio de fim de ano a atribuir aos *uma kain*, a aprovação do Plano de Ação Nacional para as Pessoas com Deficiência 2021-2030, a fixação de valores mínimos das pensões de invalidez e de velhice, no âmbito dos regimes contributivo e não contributivo de segurança social e, ainda, a aprovação do quadro normativo disciplinador do Programa Merenda Escolar;

No domínio da **Agricultura e Pescas**, o principal destaque vai para a criação de um programa de apoio à plantação de “*Ai Parapa*” e de um programa de estímulo à renovação e expansão das áreas de plantação de café, o estabelecimento no âmbito da contratação pública, da obrigatoriedade da aquisição de 75% dos géneros alimentares produzidos em território nacional, e a aprovação de um quadro legal complementar ao regime jurídico geral da legislação sobre Cooperativas.

Considero também relevante a aprovação da **Informação Cadastral Predial**, que estabelece o regime geral da execução, conservação, atualização e acesso à informação cadastral predial, em todo o território nacional e a criação e regulamentação do Fundo dos Combatentes de Libertação Nacional.

Paralelamente, o nosso trabalho de reforma na **área de planeamento, monitorização e avaliação** continua. Este ano concluímos a segunda Avaliação sobre a Implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) abrangendo as Fases 1 e 2, tendo para o efeito sido realizadas amplas consultas em todo o país para a sua atualização; realizámos igualmente um seminário nacional sobre o futuro Quadro Nacional de Planeamento

Integrado a Médio Prazo e submetemos igualmente ao Parlamento Nacional a proposta de Lei das Finanças Municipais, para apreciação.

O nosso trabalho nestas áreas terá continuidade no próximo ano, com a conclusão da Segunda Revisão Nacional Voluntária da Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (RNV), o desenvolvimento do Quadro de Despesas de Médio Prazo, a aprovação da nova lei sobre Planeamento, Monitorização e Avaliação, entre muitos outros. Todo esse trabalho contribuirá para estabelecer as bases necessárias para que o Governo articule os seus objetivos, calcular o custo a eles associados e, mais importante, monitorizar e informar aos cidadãos sobre os resultados atingidos.

Para além da importante produção de legislativa de 2022, entendo dever dar conta da execução orçamental do Setor Público Administrativo atingida até final do 3.º trimestre de 2022, tendo por referência a informação registada no sistema informático de gestão financeira do Governo (GRP).

Com a aprovação do OGE Retificativo em 18 de maio deste ano, o teto global da despesa do Setor Público Administrativo (não consolidada) aumentou no corrente ano para US\$3.419 milhões (três mil quatrocentos e dezanove milhões de dólares), tendo a previsão de receita total (não consolidada) sido também ajustada para US\$3.420 milhões (três mil quatrocentos e vinte milhões de dólares). A mesma lei autorizou o Governo a transferir do Fundo Petrolífero para o OGE até um máximo de US\$2.553 milhões (dois mil quinhentos e cinquenta e três milhões de dólares).

O Orçamento Retificativo procedeu igualmente à criação do Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional, um fundo destinado a financiar programas de apoio aos Combatentes da Libertação Nacional, com uma dotação inicial de US\$1.000 milhões (mil milhões de dólares).

Excluindo o subsetor da Segurança Social, as despesas efetuadas pelo Setor Público Administrativo refletiam, até ao final do 3.º trimestre deste ano, pagamentos de US\$1.082 milhões (mil e oitenta e dois milhões de dólares), correspondentes a uma execução de 33,6%.

Excluindo dos cálculos o recém-criado Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional (FCLN), a execução acumulada até 30 de setembro eleva-se a 50%, sendo expeável que no último trimestre do ano a execução orçamental aumente substancialmente.

**Minhas Senhoras,**

**Meus Senhores**

O Orçamento Geral do Estado para 2023 (OGE 2023) apresenta um conjunto substancial de alterações metodológicas relativamente ao OGE de 2022, que o pretendem aproximar das melhores práticas orçamentais internacionais, destacando-se a melhoria da sua qualidade conceptual, da apresentação da informação e o aumento da transparência.

Como sabem, as despesas do Orçamento Geral do Estado passaram a ser apresentadas por programas a partir do OGE de 2017, estendendo-se presentemente a todo o universo de serviços e entidades da Administração Central, da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (RAEOA) e da Segurança Social.

Adicionalmente, para além das habituais classificações orgânica e económica, no próximo ano o Orçamento do Estado passará também a apresentar as dotações orçamentais por funções, dando assim cumprimento às disposições da nova Lei de Enquadramento Orçamental.

A nova forma de apresentação fornece maior quantidade de informação ao Parlamento, nomeadamente sobre os objetivos a atingir para o próximo ano (programas), sobre a entidade geradora da despesa (classificação orgânica) e sobre a tipologia da receita (classificação económica).

Um outro importante documento que acompanha pela primeira vez a proposta orçamental de 2022 enviada ao Parlamento Nacional, é o Orçamento do Cidadão ou Orçamento da Cidadania, que, não se tratando de um documento novo, foi adaptado para fornecer uma apresentação mais sintética e acessível ao cidadão comum, com o objetivo de fornecer informação orçamental de relativa complexidade, num formato visualmente mais estruturado, intuitivo e amigável ao seu utilizador, visando incentivar a participação dos cidadãos no processo orçamental ao aumentar a ainda mais a transparência do processo e, também por essa via, contribuir para a democratização do planeamento e da gestão das finanças públicas em Timor-Leste.

Os três objetivos estratégicos assumidos pelo VIII Governo Constitucional no início seu mandato, mantêm-se atuais e continuam a orientar as suas propostas orçamentais. São eles: “Que todos os cidadãos tenham a oportunidade de ter uma vida saudável, segura e longa”, “Que todos os

cidadãos tenham a oportunidade de aceder ao conhecimento, à tecnologia e inovação” e que “Todos os cidadãos tenham acesso a recursos suficientes que lhe assegurem uma vida condigna”.

O VIII Governo continua empenhado em colocar as pessoas em primeiro lugar, com o intuito de proporcionar um futuro mais promissor às gerações vindouras e, porque o Governo tem consciência de que os recursos públicos são escassos, estabeleceu três prioridades para 2023, que deverão nortear a atuação do Governo ao longo dos próximos anos, visando o aumento do espaço fiscal, a redução da dependência orçamental do Fundo Petrolífero e o aumento da eficiência e eficácia e racionalidade da orçamentação e da execução orçamental.

Está na hora de encontrarmos novas formas de financiar os serviços públicos, diversificarmos a nossa economia e assegurarmos o crescimento do emprego, aumentando por essa via as nossas receitas governamentais.

Em conformidade, as prioridades de financiamento do OGE para o próximo ano e para os anos subsequentes, irão centrar-se cada vez mais na mobilização de receitas domésticas e na introdução de novas iniciativas fiscais, na utilização de fontes alternativas de financiamento do Estado, que podem passar já no curto prazo por empréstimos comerciais e a emissão de obrigações do Tesouro, na priorização da qualidade da despesa, em vez da quantidade da despesa, no abandono progressivo do orçamento tradicional assente numa lógica de *inputs* e no aperfeiçoamento da estrutura orçamental por programas, recorrendo a uma abordagem integrada, abrangendo o curto, o médio prazo e o longo prazo, e permitindo fornecer dados concretos, em tempo útil, sobre o impacto real da despesa pública na qualidade de vida da população e no ambiente de negócio das empresas, para além do mero apuramento de despesas.

Porque o OGE de 2023 é o primeiro a ser preparado com base na nova lei de enquadramento orçamental (LEO), aproveito a oportunidade para sintetizar algumas das outras mudanças relevantes introduzidas doravante no processo orçamental e na estrutura da proposta de lei:

- O novo calendário orçamental antecipou a apresentação da proposta de lei ao Parlamento Nacional do dia 15 para o dia 1 de outubro, para que o OGE possa de facto aplicar-se logo a partir do dia 1 de janeiro do ano seguinte, em vez de se continuar a perpetuar como até agora, o recurso ao regime duodecimal.

- A lei das Grandes Opções do Plano, integrada no regime jurídico nacional pela nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO) e aprovada pela primeira vez pelo Parlamento Nacional em maio deste ano, fixou antecipadamente, com carácter vinculativo, o teto orçamental geral de receita e de despesa do Setor Público Administrativo e dos três subsetores que o integram, tendo igualmente identificado os resultados nacionais a serem atingidos e as medidas estratégicas a implementar no ano seguinte, o que a proposta de lei do OGE para 2023 respeita na íntegra;
- Seguindo as diretrizes da nova LEO, a apresentação da própria proposta de lei de OGE também sofreu alterações, tendo as tabelas orçamentais de despesas do Anexo à proposta de lei de OGE passado a ser apresentadas por títulos, por categorias e por funções, contribuindo a nova forma de apresentação para aumentar a comparabilidade do OGE nacional com o de outros países;
- Entre as várias alterações introduzidas ao orçamento, destaca-se também a adoção de um novo classificador orçamental de receitas e despesas do Estado, que passou a prever 19 categorias económicas de despesa em substituição das anteriores 5, e 17 categorias de receita, bem como novas rubricas.

Para além das alterações introduzidas às tabelas, também o articulado da lei do OGE foi substancialmente reduzido, em virtude de as definições dos regimes financeiros, das classificações de receita e despesa e da estrutura do orçamento por programas, terem passado a constar da lei de enquadramento orçamental aprovada em fevereiro deste ano.

Os anteriores marcadores orçamentais foram também melhorados e novos marcadores foram introduzidos pela primeira vez na proposta orçamental, com o objetivo de melhorar a transparência orçamental e maximizar recursos.

O plano e o orçamento sensíveis ao género serão, no próximo ano, associados a **marcadores de género** ao nível do subprograma, alocando-se aos subprogramas destinados à mitigação da desigualdade de género US\$512 milhões (quinhentos e doze milhões de dólares), ou seja, 24% do total do OGE, descontando o Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional (FFCLN).

Foi igualmente assegurada a plena implementação do **marcador da Criança**, possibilitando doravante identificar a parcela da dotação orçamental direcionada especificamente para as crianças e os direitos da criança. No total, US\$642,6 milhões (seiscentos e quarenta e dois vírgula seis milhões de dólares), correspondentes a 30% da dotação global do OGE sem contar com o Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional (FFCLN), foram alocados a atividades destinadas ao reforço dos direitos das crianças para o ano 2023.

Mas a proposta orçamental do próximo ano contempla também, pela primeira vez, um **marcador de Nutrição**, para permitir identificar e monitorizar as despesas relacionadas com a nutrição e conjugar os esforços governamentais e das demais partes envolvidas, em ultrapassar esse grande desafio para Timor-Leste.

No total, US\$80,5 milhões (oitenta vírgula cinco milhões de dólares), representando 4% do total do OGE, serão alocados a atividades destinadas à implementação de intervenções nutricionais específicas para lidar com o impacto imediato na saúde, da desnutrição, e atividades que possam tratar as causas subjacentes à desnutrição, como sejam a segurança alimentar, o saneamento, a água potável, etc.

Um outro marcador, também previsto pela primeira vez no OGE de 2023, é o **marcador de orçamento Climático**, que permitirá identificar e monitorizar os gastos mais relevantes relacionados com o combate às mudanças climáticas e a conservação de habitats naturais. Em 2023 esse novo marcador aplicar-se-á apenas ao orçamento do Ministério das Obras Públicas, à Secretaria de Estado do Ambiente e ao Ministério da Agricultura e Pescas, alargando-se no ano subsequente a todos os demais ministérios e agências.

Uma verba de US\$59,8 milhões (cinquenta e nove vírgula oito milhões de dólares), representando 3% do total do OGE sem contar com o Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional (FFCLN), foi alocada no próximo ano a atividades que visem melhorar a resiliência climática ou contribuir para a mitigação das mudanças climáticas, com US\$13 milhões (treze milhões de dólares) destinados a atividades que tenham a resiliência climática como objetivo secundário ou que contribuam para a mitigação das mudanças climáticas.

Também um novo **marcador da Cadeia de Valor** foi criado para assegurar em 2023 a implementação do novo programa Cadeia de Valor em Timor-

Leste, que dá prioridade ao setor produtivo, visando estimular a procura, incentivar a produção e contribuir para melhorar o ambiente de negócios para o mercado dos produtos nacionais.

Uma dotação de US\$114,4 milhões (cento e catorze vírgula quatro milhões de dólares), correspondendo a 5% do total do OGE, sem contar com o Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional (FFCLN), foi alocada a atividades da cadeia de valor, que contempla entre outras, US\$ 20 milhões (vinte milhões de dólares) para financiar atividades que, de forma direta ou indireta, potenciem o aumento da produção nacional, o desenvolvimento do processamento local de matérias-primas, a melhoria da circulação de matérias-primas, incluindo infraestruturas para o comércio, impulsionem o comércio de produtos nacionais, e destina US\$45,5 milhões (quarenta e cinco vírgula cinco milhões de dólares) a atividades que contribuam para o aumento do consumo de produtos locais dentro e fora do país.

No âmbito do OGE para 2023, o **orçamento do subsector da Administração Central**, que contempla as despesas da Administração Direta e Indireta do Estado e o recém-criado Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional (FFCLN), observará no próximo ano uma redução de 10%, correspondente a US\$300,7 milhões (trezentos vírgula sete milhões de dólares) comparativamente a 2022, refletindo o compromisso do Governo de gastar eficientemente os dinheiros públicos colocados à sua guarda.

Por oposição, os **orçamentos de despesa dos subsectores da Segurança Social e da RAEOA** para 2023 beneficiarão de um crescimento de 3% e 34%, respetivamente, devendo ser totalmente autofinanciados.

Dos quatro setores do Plano Estratégico de Desenvolvimento, sem contar com a despesa do Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional (FFCLN), o Institucional é aquele que receberá a maior fatia do OGE no próximo ano, cabendo-lhe 38% da dotação global, seguindo-se-lhe o setor Capital Social, com um peso de 33%, o setor de Infraestruturas, com um peso relativo de 22% e, por último, o setor Económico, com um peso relativo de 8% do OGE.

À medida que o impacto das vacinas contra a doença Covid-19 continua a reduzir o impacto económico e social da pandemia, foi possível reduzir a nossa alocação para a Covid-19 em cerca de US\$19 milhões (dezanove milhões de dólares), garantindo que ainda podemos financiar no próximo ano vacinas e tratamentos ainda a decorrerem. Ao mesmo tempo que

reduzimos o orçamento destinado à prevenção e combate da Covid-19, aumentámos a nossa alocação ao setor de Saúde em 14% a partir de 2022.

De entre as iniciativas-chave no domínio da Saúde, o destaque vai para a construção de 25 novos postos de saúde e residências para profissionais de saúde nos Sucos que ainda não dispõem de posto de saúde, a introdução de parcerias público-privadas em Serviços de Diagnóstico de Saúde e a melhoria da qualidade da prestação de serviços, o arranque do projeto de conceção e construção do edifício Pediátrico e da Unidade de Cuidados Intensivos do Hospital Nacional Guido Valadares (HNGV).

Na área da Saúde destaco ainda o fortalecimento dos esforços para combater a desnutrição, pretendendo o Governo inscrever US\$10 milhões (dez milhões de dólares) ao longo dos próximos 5 anos, para implementar o Plano Nacional de Nutrição Estratégica e aumentar a disponibilidade dos serviços e cuidados de saúde materna nos centros de saúde de todos os postos administrativos.

À área da Educação e Formação, uma outra área também considerada prioritária pelo atual Governo, foram alocados para o próximo ano \$169,7 milhões (cento e sessenta e nove vírgula sete milhões de dólares), o que traduz um aumento geral de 35% (trinta e cinco por cento) no orçamento que lhe é afetado em 2023.

De entre as inúmeras iniciativas-chave neste domínio, destaca-se a atribuição de bolsas de estudo aos melhores alunos do ensino primário e secundário e aos filhos dos combatentes da libertação nacional, a construção e reabilitação de 400 salas de aula e cantinas para o ensino básico e de 60 salas de aula e cantinas para o ensino secundário e escolas CAFE, a disponibilização de internet em todas as escolas e universidades, o desenvolvimento, em colaboração com a *Millennium Challenge Corporation* (MCC), de um centro de excelência que fornecerá treinamento pré-serviço para futuros professores do ensino médio e líderes escolares e treinamento contínuo e profissional para professores e líderes escolares atuais.

Avançaremos igualmente com o estabelecimento de uma cidade universitária de referência internacional em Aileu e, por último, mas não menos importante, continuamos empenhados nas questões alimentares e na aposta numa alimentação a nível local mais nutritiva, com a introdução da reforma do programa de merenda escolar.

Iremos aumentar as despesas por criança e por refeição de US\$ 0,25 (vinte e cinco centavos) para US\$ 0,42 (quarenta e dois centavos), nos 13 Municípios e na RAEOA. Este programa é um exemplo do que poderemos fazer localmente, apoiando os nossos produtores locais, criando emprego e procura e fomentando a procura de alimentos saudáveis e nutritivos produzidos localmente para distribuir às nossas crianças.

Ao nível da Inclusão Social, uma outra prioridade deste Governo, beneficiará de um reforço orçamental de 38% (trinta e oito por cento) no próximo ano, assegurando-se um aumento de 6% da alocação orçamental destinada à sociedade civil, o alargamento progressivo do programa Bolsa da Mãe-*Jersaun Foun*, um investimento que se concentrará no financiamento direto em dinheiro, para garantir que apoiamos nossos mais vulneráveis na melhoria de suas vidas por meio de melhor nutrição, segurança alimentar e resultados educacionais, que se alargará a outros quatro municípios, aumentaremos os subsídios mensais destinados a apoiar mulheres grávidas para US\$15 por mês, aumentando também para US\$ 20 por mês os apoios para cada criança até aos 6 anos de idade e uma quantia adicional de US\$10 para crianças portadoras de deficiência.

O Governo da Austrália pretende apoiar no próximo ano o programa Bolsa da Mãe – *Jersaun Foun* com US\$ 1,6 milhões (um vírgula seis milhões de dólares) na modalidade de apoio direto ao Orçamento, reforçando adicionalmente o seu apoio financeiro ao programa governamental com o montante de US\$ 7,0 milhões (sete milhões de dólares).

Além disso, continuamos a operacionalização de serviços descentralizados do INSS (Instituto Nacional de Segurança Social) em todo o país, o desenvolvimento de programas de apoio às famílias e comunidades que cuidam de pessoas com deficiência, o fortalecimento das campanhas de combate à violência doméstica e a implementação do investimento do Fundo dos Combatentes da Libertação Nacional, etc.

Continuaremos a construir campos desportivos para os nossos jovens e a contribuir para aumentar a resiliência e a mitigação dos efeitos das catástrofes naturais; por isso reservamos fundos para permitir uma resposta rápida e acudir rapidamente a todos os cidadãos quando confrontados com essas situações.

O setor Económico, abrangendo o turismo, a agricultura, o emprego e o desenvolvimento do setor privado e a mobilização de receitas domésticas,

contará no próximo ano US\$162,0 milhões (cento e sessenta e dois milhões de dólares).

Os principais destaques na área económica vão para a aprovação da legislação reguladora da promoção e desenvolvimento de atividades de exportação, de estímulo à aquisição de alimentos e de outros bens produzidos por cooperativas para alimentação escolar, hospitais e prisões, o aumento das oportunidades para produtores e fornecedores locais e criação de empregos, a atribuição de crédito em condições especiais para a promoção do desenvolvimento do setor privado, apoios financeiros a cooperativas que desenvolvam atividades nas áreas de agricultura, pescas, pecuária e comércio e a concessão de crédito a jovens cooperativas, a criação de mecanismos de combate ao trabalho precário, o aumento do investimento no programa de Turismo Comunitário, a regulação da Lei do Trabalho, a finalização do processo de adesão, como membro pleno, à ASEAN e à Organização Mundial do Comércio (OMC), o apoio ao desenvolvimento de capacitação empresarial e técnica para micro, pequenas e médias empresas, a maximização do investimento nos setores de petróleo e minerais, incluindo o aumento das atividades de pesquisa e estudo, promoção de blocos *onshore* e *offshore* para exploração petrolífera e a realização de um estudo de viabilidade sobre a utilização de gás natural para a produção de energia.

À área da **Agricultura** foi atribuída pelo OGE 2023 uma dotação de US\$20,1 milhões (vinte vírgula um milhões de dólares), o que corresponde a um aumento de 20% relativamente a este ano.

De entre as inúmeras medidas-chave do Governo destinadas ao setor, destaco a atribuição de incentivos ao desenvolvimento de viveiros florestais comunitários e ao plantio de árvores para lenha para compensar o abate indiscriminado de árvores, o aumento do rendimento das colheitas de café e a melhoria das condições dos produtores de café, o apoio ao setor privado com vista ao aumento da produção de carne com confinamento animal e controlo sanitário, a construção e manutenção das infraestruturas de irrigação e retenção de água e de muros para proteger os sistemas de irrigação, a continuidade do investimento na aquicultura com o objetivo de assegurar a segurança alimentar e nutricional e diversificar os meios de subsistência, o reforço da legislação e regulação do controlo da pesca, a promoção do investimento no setor florestal mediante a plantação de pelo

menos 150 hectares de sândalo e a criação de viveiros de sândalo e *ai-turi*, incentivos à produção agrícola nacional, em particular de arroz, através do fornecimento de sementes e garantia de mercado.

Relativamente ao **setor das Infraestruturas**, que engloba estradas, pontes, portos, aeroportos, conectividade nacional, grandes projetos de infraestruturas, desenvolvimento territorial e habitação, eletricidade e a água e saneamento, contará no próximo ano de uma dotação total do orçamento de \$474 milhões (quatrocentos e setenta e quatro milhões de dólares), o que traduz uma redução orçamental de 8% comparativamente a 2022.

De entre as principais medidas-chave no setor das Infraestruturas, o destaque é dado ao início do projeto de construção de 2.000 (duas mil) unidades habitacionais em Hera, com recurso à modalidade de financiamento de Parceria Público-Privada, à continuidade à implementação do Programa de Planeamento Integrado do Desenvolvimento Municipal (PDIM), para novos projetos ligados a sistemas de abastecimento de rega, de água potável e de drenagem de águas pluviais, a construção e reabilitação de infraestruturas de ensino e saúde e áreas envolventes.

Pela importância estratégica que a **Conetividade Digital** tem para o nosso país, destaco a construção no próximo ano de 12 torres de emissão RTTL em várias localidades do país, o início da instalação de fibra ótica no país, com a construção de um cabo submarino ligando Timor-Leste à Austrália e, em matéria de melhoria da Conectividade Aérea, saliento o início das obras de reabilitação do Aeroporto Internacional Presidente Nicolau Lobato.

No que diz respeito à **Conectividade Rodoviária**, o destaque do Governo irá para a conclusão de projetos em curso e a realização de estudos de monitorização das condições de todas as estradas e pontes reabilitadas e todas as existentes no país, para determinar a necessidade da sua manutenção e a construção de novas pontes em áreas sensíveis do país.

No setor da Eletricidade o destaque vai para o investimento no fornecimento de eletricidade acessível e confiável para todos os cidadãos e para a construção de fontes de energia renovável.

Em matéria de Água e Saneamento, destaco o início do projeto de modernização do sistema de tratamento de água, saneamento e drenagem de Díli, a implementar em colaboração com a *Millennium Challenge*

*Corporation* (MCC), que prevê a construção de uma fábrica de produção de desinfetante químico para o abastecimento de água da cidade, a construção do primeiro sistema central de águas residuais do país e melhoria da rede de drenagem em Díli e quatro municípios vizinhos, a conclusão da reabilitação de emergência de instalações de água limpa e potável danificadas, o aumento da área de cobertura do serviço de abastecimento de água potável e melhoria da capacidade institucional da BTL, E.P., com recurso a financiamento do Banco Mundial.

No setor dos Transportes, em 2023 o Governo tem em vista aprovar o Plano Integrado de Transportes, assegurar a melhoria do sistema de segurança dos transportes públicos e o arranque do projeto de engenharia para a construção dos terminais rodoviários de Hera e Manleuana, o início da operação comercial do Porto da Baía de Tibar, a reabilitação do terminal de passageiros do Porto de Díli e o arranque dos projetos de desenvolvimento dos portos regionais de Com, Caravela, Beaço, Suai e Ataúro.

Por seu turno, o **setor Institucional** englobando as entidades responsáveis pela Governação, Justiça, Segurança e Defesa, Finanças, Relações Internacionais, Planeamento e Descentralização sem contar com os Municípios, o OGE de 2023 destina \$817 milhões (oitocentos e dezassete milhões de dólares), representando uma redução nesse setor de 20%.

Quanto às principais iniciativas do Governo no setor, destaco a adoção generalizada de tecnologias de informação nos serviços públicos e a prossecução das iniciativas de *e-Government*, a continuação da implementação do programa de Reforma da Administração Pública, a prossecução da elaboração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, a implementação do planeamento de médio prazo em todo o Governo, a continuação da implementação do programa de Reforma Judicial com o estudo e revisão do mapa judicial, a instalação do Supremo Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior Administrativo, Fiscal e de Contas, de tribunais militares e a criação de tribunais especializados no âmbito dos Tribunais Municipais, a implementação do Código do Registo Predial, e o início da emissão de certificados de propriedade.

No campo da Defesa e Segurança, em 2023 o destaque será dado à continuidade da Cooperação Civil-Militar na área de apoio humanitário e da participação em missões de paz, à promoção da construção, aquisição,

reparação e manutenção de infraestruturas e equipamentos militares, e a aquisição e construção de casas para o serviço de migração.

No domínio da Reforma Financeira e Fiscal, saliento para o próximo ano a aprovação e implementação da nova estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas, a plena regulamentação da nova LEO, a realização de um estudo de diagnóstico do futuro Quadro de Despesas a Médio Prazo, a continuidade da Reforma Fiscal, com a aprovação de uma nova Lei Tributária, do Código de Processo Tributário e da introdução de um Imposto sobre o Valor Acrescentado, a criação do Instituto Nacional de Estatística, e a implementação e regulamentação do novo Regime Jurídico das Contratações, Contratos Públicos e Infrações.

Para o conjunto dos 13 Municípios, sem contar com a RAEOA, o OGE destina em 2023, um total de US\$81,1 milhões (oitenta e um vírgula um milhões de dólares), para além de assegurar um reforço adicional ao Fundo Especial Atauro em mais US\$13,4 milhões (treze vírgula quatro milhões de dólares).

Ao Fundo Especial de Desenvolvimento da RAEOA, o OGE alocará US\$36 milhões (trinta e seis milhões de dólares).

De entre as medidas-chave do Governo direcionadas para os Municípios, o destaque é dado à continuação do processo de transferência de recursos materiais e humanos para as Autarquias e Administrações Municipais e continuação do processo de delegação de competências da Administração Central do Estado nas Autoridades e Administrações Municipais e a finalização da estrutura legal necessária à implementação e pleno funcionamento do Poder Local.

**Minhas Senhoras,**

**Meus Senhores**

Aproximam-se a passos largos as próximas eleições legislativas e, desse importante marco para a nossa democracia, resultará um novo Governo e um eventual rearranjo na atual composição parlamentar, devendo por isso ser esta a última proposta orçamental que na qualidade de Chefe do VIII Governo apresento ao Parlamento Nacional.

É por demais evidente e tem por mim sido amplamente enfatizado, o trabalho incansável levado a cabo pelo Governo ao longo de todo o seu mandato, de que a abundante produção legislativa aprovada, destinada a implementar o Plano Estratégico de Desenvolvimento nas suas várias

dimensões é um exemplo, com o objetivo de deixar o país numa posição socioeconómica mais confortável do que aquela que encontrou, de combater ativamente a pobreza e a desigualdade social, de promover o desenvolvimento de condições mais propícias à atração do conhecimento, do investimento e da diversificação económica, de reforçar e modernizar as instituições do Estado, enquanto, ao mesmo tempo, de lidar com condições ambientais e pandémicas especialmente adversas e, mais recentemente este ano, com a instabilidade política global e os constrangimentos nas cadeias de distribuição mundiais que lhe estão associados.

Porque é necessário olhar com ambição para o futuro, entendemos que o nosso país necessita de tirar proveito da sua proximidade física com a Indonésia, para desenvolver parcerias económicas, aprofundar o relacionamento bilateral para desenvolver a sua capacidade produtiva, desenvolver nichos de mercado e conseguir aproximar-se mais dos mercados regionais. As indústrias e os serviços transfronteiriços poderão capitalizar essa proximidade e tornar Timor-Leste mais atrativo para o investimento estrangeiro, para a promoção do comércio e a participação nas cadeias de valor regionais, criando interessantes vantagens competitivas.

É por isso nosso entendimento, que a aposta no desenvolvimento de zonas económicas livres transfronteiriças, edificadas em torno de uma estratégia concertada e integrada entre Timor-Leste e a Indonésia, poderá desempenhar num futuro próximo, um importante papel no estabelecimento de pólos de desenvolvimento económico que incorporem cadeias globais de distribuição e alavanquem oportunidades comerciais mútuas, sociais, tecnológicas, de intercâmbio de conhecimento e outras, com impacto positivo para ambos os países vizinhos que contribuirão, estamos confiantes, para dinamizar as trocas comerciais transfronteiriças, incrementar as exportações e a competitividade integrada assim como, salvaguardar a estabilidade regional e o aumento da resiliência económica e da prosperidade e, não menos importante, para aumentar a empregabilidade dos nossos jovens.

Ambos os países estão neste momento disponíveis para aprofundarem os seus laços e a cooperação económica entre si, avançando para o estabelecimento de uma zona económica transfronteiriça, um ambicioso programa que possibilitará a ambos os países desenvolverem as suas políticas nacionais para criarem uma economia robusta transfronteiriça e dar

início a cooperativas de vários grupos empresariais numa futura Zona de Comércio Livre.

Gostaríamos de ver assinado um acordo de zona económica livre com a vizinha Indonésia ainda este ano, mas entretanto, vários ministérios foram nos últimos meses autorizados pelo Conselho de Ministros a assinar memorandos de entendimento com os seus homólogos indonésios, visando entre outras a cooperação agrícola para expandir o quadro existente de cooperação bilateral do setor agrícola, o movimento transfronteiriço de autocarros comerciais para apoiar o comércio transfronteiriço e a cooperação entre os dois países, através do estabelecimento de um sistema de transportes integrado, aumentar a cooperação no domínio da meteorologia, da climatologia e geofísica, da cooperação no domínio das comunicações e informática, etc.

Estudos de viabilidade foram também recentemente concluídos com sucesso, com o apoio de empresários indonésios, para a construção de parques industriais em terrenos do Estado, destinados a promover a diversificação económica nacional. Em junho do corrente ano foi aprovado o regime jurídico dos parques industriais, um veículo de política para a captação de investimento nacional e estrangeiro e de criação de emprego, e criada a empresa de capitais públicos, a GESPIN – Gestão de Parques Industriais, que ficará responsável pela promoção, instalação e gestão de parques industriais no território nacional e RAEOA, o que acreditamos poderá contribuir ativamente para a promoção da iniciativa privada no setor industrial, respeitando as regras ambientais, urbanísticas e de ordenamento territorial.

A alocação orçamental destinada ao estabelecimento de uma zona comercial livre transfronteiriça e ao desenvolvimento de parques industriais, ainda não terá grande expressão orçamental no próximo ano, porquanto essa matéria ainda se encontra em fase de estudos.

Um outro programa ambicioso deste Governo, o **programa Cadeia de Valor** por mim liderado e já aqui hoje referido, foi criado este ano para estimular o setor produtivo e a produção local, procurando encorajar os empresários timorenses, nomeadamente os da área turística, do comércio, do setor agrícola, pecuária e pescas, ao garantir às empresas o acesso ao crédito a taxas de juro reduzidas para financiar uma ou mais etapas da cadeia de valor, independentemente da localização dos negócios no país. Para a fase de

implementação deste programa, o setor produtivo conta este ano com US\$50 milhões (cinquenta milhões de dólares), verba essa que lhe foi atribuída pela Lei do OGE Retificativo de 2022.

Para além desse programa, diversas outras medidas foram aprovadas este ano para financiamento do setor produtivo com taxas de juro atrativas, no âmbito da linha de crédito suave e crédito individual. Essas verbas também foram contempladas no OGE Retificativo de 2022 e alocadas para esse fim ao Ministério do Turismo, Comércio e Indústria (MTCI).

No livro Anexo XX à proposta orçamental para 2023, identificam-se e agrupam-se todos os programas, subprogramas e atividades associadas ao marcador Cadeia de Valor, por entidade implementadora. A alocação total que o OGE para 2023 atribui às atividades direta ou indiretamente relacionadas com a cadeia de valor, distribuídas pela produção, indústria e processamento, distribuição e comércio grossista e retalhista, é de US\$114,4 milhões (cento e catorze vírgula quatro milhões de dólares).

A nossa Constituição prevê a preservação e valorização dos recursos naturais, a promoção da defesa do meio ambiente e a salvaguarda do desenvolvimento sustentável da economia. Foi por isso que este Governo assumiu no seu Programa para cinco anos, agora prestes a concluir-se, a intenção de dar continuidade à execução do programa de reflorestação das áreas degradadas, de implementar viveiros comunitários e de promover a plantação de árvores em todo o país, com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade em subsectores específicos da agricultura, para apoiar o desenvolvimento económico e melhorar a competitividade agrícola e florestal do país.

Este ano foi por isso criado no âmbito do OGE Retificativo de 2022 o “Programa de Apoio à Plantação de Ai Parapa” para aumentar a participação de todos os cidadãos nos esforços de proteção do património ambiental timorense, através do financiamento de projetos que contribuam para a concretização dos objetivos de estimular a criação e manutenção de viveiros de plantas de Ai Parapa, expandir as áreas da sua plantação, combater a erosão da orla costeira, melhorar a posição de Timor-Leste no mercado internacional de carbono e contribuir para a afirmação de Timor-Leste como um destino turístico, através da concessão de subvenções públicas a associações e grupos comunitários.

O programa, que se manterá no próximo ano, prevê a atribuição de subvenções no valor de US\$0,50 (cinquenta cêntimos) por cada planta de “*Ai Parapa*” criada em viveiro ou plantada, podendo beneficiar desta subvenção associações ou grupos comunitários.

A reabilitação, expansão, diversificação e intensificação da produção das plantações de café é uma outra importante medida prioritária a apoiar para o próximo ano, visando duplicar a sua produção, levar ao aumento do rendimento das colheitas e assegurar a melhoria de condição de vida dos seus produtores.

O nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento reconhece a importância do emprego formal e do envolvimento da população em atividades produtivas, para o crescimento económico inclusivo e a construção do país. Neste sentido, o emprego produtivo, seguro e digno é base para a melhoria a qualidade de vida familiar e a prosperidade do país, devendo ser o principal meio de criação de riqueza, de atingir o crescimento económico inclusivo e o desenvolvimento social.

Transformar a economia é um processo a longo prazo e o grande desafio que Timor-Leste continuará a abraçar, para conseguir criar um número significativo de novos postos de trabalho e conseguir que o mercado absorva o maior número possível de pessoas em idade produtiva e presentemente fora do mercado de trabalho, especialmente os mais jovens.

Timor-Leste é um país de jovens e, em 2021, apenas 4,3% da população tinha mais de 64 anos. A necessidade de dar uma atenção especial aos jovens é ainda mais estratégica quando se perspectiva que população timorense jovem continue o seu rápido crescimento nos próximos anos.

Para a criação de um número maior de empregos no setor formal são necessárias políticas, legislação, programas e atividades dedicados, e que o Governo caminhe lado a lado com a sociedade civil e o setor privado.

Em 2023, o Governo irá rever, aprovar e implementar a Estratégia Nacional de Emprego 2017-2030, com o objetivo de aumentar a procura do mercado de trabalho e de melhorar a oferta do mercado de trabalho, criar emprego para os desempregados, através de incentivos ao empreendedorismo, procurar elevar a qualificação dos trabalhadores, especialmente a dos mais jovens, com o objetivo de aumentar a sua competitividade no mercado de trabalho internacional, desenvolver mecanismos para combater o trabalho

precário, nomeadamente através da monitorização das entidades empregadoras, e garantir a implementação da legislação laboral e dos mecanismos de proteção social e também incentivar movimentos cooperativos, associativos e mutualistas, para garantir a participação comunitária e lutar contra as desigualdades sociais e económicas.

Ao mesmo tempo, mas numa outra área de atuação governamental, a reforma operada na gestão das finanças públicas desde 2015, permitiu também ao país evoluir significativamente do tradicional paradigma de gestão, assente numa lógica de planeamento físico e orçamental baseado em *inputs* e percentagens de execução orçamental, para a atual lógica orçamental assentando na estrutura programática, em indicadores e metas que possibilitam a medição do progresso, e introduzir faseadamente mas com persistência, um modelo de gestão pública verdadeiramente moderno, que privilegia a *performance* dos governantes, a transparência e a responsabilização de gestores públicos, contribuindo ao mesmo tempo para salvaguardar a sustentabilidade das finanças públicas.

Porque agora é tempo de escrutínio da proposta orçamental para o próximo ano, antes de concluir esta minha intervenção, não posso deixar de transmitir também publicamente o meu apreço pelos nossos Parceiros de Desenvolvimento, que recorrendo a diversas formas de cooperação e modalidades de apoio ao desenvolvimento, continuam a caminhar lado a lado com o Governo de Timor-Leste, contribuindo para elevar os padrões de vida dos nossos concidadãos, promover o aumento da transparência da gestão pública e assegurar a qualidade dos nossos projetos de investimento.

De facto, os Parceiros de Desenvolvimento e as instituições financeiras internacionais continuam há anos a assegurar a transferência de conhecimentos e a adoção por Timor-Leste das melhores práticas internacionais, ampla e longamente testadas, nas áreas da construção de infraestruturas estratégicas e de equipamentos sociais para o nosso país, nos domínios das ciências da saúde, do sistema de ensino e gestão das finanças públicas.

Por fim, aprez-me reconhecer publicamente perante os ilustres membros desta Magna Casa, o importantíssimo trabalho que está a ser desenvolvido pelo Chefe de Estado, a nível externo, para conseguir elevar a voz de Timor-Leste no palco político e económico internacional, promover o estreitamento de amizades e parcerias estratégicas importante para o nosso

país e aumentar a nossa influência nos espaços globais de discussão, ao mesmo tempo que, internamente, vem trabalhando com o Governo no reforço das políticas sociais, especialmente as que visam as franjas mais frágeis e vulneráveis da nossa população, visando a erradicação da pobreza extrema, da desnutrição infantil e do atraso no crescimento infantil.

Espero que o debate que se segue nos próximos dias seja muito produtivo, que dessa discussão resulte um Orçamento Geral do Estado para 2023 que consiga responder adequadamente às necessidades da nossa população, promova a inclusão social e a coesão territorial, e faço votos para que o próximo Governo assuma como sua prioridade dar continuidade aos programas estratégicos nacionais iniciados por este Governo.

**Muito Obrigado!**

**Que Deus nos abençoe a todos**